

**EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: UM ESTUDO
REALIZADO NA DISCIPLINA DE ESTÁGIO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE GOIÁS CÂMPUS CENTRAL - SEDE:
ANÁPOLIS - CET**

**RURAL EDUCATION IN BRAZIL: A STUDY UNDERTAKEN IN
THE INTERNSHIP COURSE OF THE MATHEMATICS
TEACHING DEGREE AT THE STATE UNIVERSITY OF GOIÁS
CENTRAL CAMPUS - HEADQUARTERS: ANÁPOLIS - CET**

ANA CAROLINA DA SILVA PIO

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis - GO
anacarolina.pio4@gmail.com

NARLLA PATRÍCIA DE OLIVEIRA

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis - GO
narllapatricia2@gmail.com

ANA PAULA DE ALMEIDA SARAIVA MAGALHÃES

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis - GO
ana.magalhaes@ueg.br

Resumo: O relato de experiência se trata de um estudo sobre a Educação do Campo no Brasil, realizado em 2022 na disciplina de Estágio I do curso de matemática, disciplina a qual teve como um dos objetivos o estudo das modalidades de ensino existentes no Brasil. Vale ressaltar a importância da Educação do Campo e a relevância de se estudar tal temática, já que é uma modalidade de ensino que tem como objetivo atender a população rural nas mais diversas formas de produção da vida. Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo relatar tal pesquisa realizada e apresentar a proposta de ensino desenvolvida pelas autoras tendo como base todo o conhecimento obtido. Ademais, as metodologias utilizadas para a escrita deste relatório, foram: qualitativas e descritivas, com teor exploratório e bibliográfico. Sendo assim, os principais referenciais utilizados para o desenvolvimento de nossa pesquisa foram: Arroyo; Caldart e Molina (2004), Bezerra *et al* (2019), Caldart (2002), entre outros autores e documentos nacionais. Como principais resultados dessa pesquisa apresenta-se a necessidade de um estudo aprofundado para a compreensão das necessidades dos alunos que possuem essa modalidade como realidade, assim como, a essencialidade de fazer a contextualização do cotidiano desses discentes com suas vivências para uma maior compreensão dos conteúdos ministrados a eles.

Palavras-Chaves: Educação do Campo. Modalidade de Ensino. Estágio Supervisionado. Matemática.

Abstract: The experience report is a study on Rural Education in Brazil, conducted in 2022 in the Internship I course of the Mathematics program, which aimed to study the existing teaching modalities in Brazil. It is worth emphasizing the importance of Rural Education and the relevance of studying this subject, as it is a teaching modality aimed at serving the rural population in various aspects of life production. Therefore, this article aims to report on this research and present the teaching proposal developed by the authors based on all the knowledge obtained. Furthermore, the methodologies used for writing this report were qualitative and descriptive, with an exploratory and bibliographic approach. The main references used for the development of our research were Arroyo; Caldart and Molina (2004), Bezerra *et al* (2019), Caldart (2002), among other authors and national documents. The main results of this research include the need for an in-depth study to understand the needs of students who experience this modality as a reality, as well as the essentiality of contextualizing the daily lives of these students

with their experiences for a better understanding of the content taught to them.

Keywords: Education in Rural Areas. Educational Modality. Supervised Training. Mathematics.

Introdução

Este artigo se refere a uma pesquisa realizada no segundo semestre de 2022 na disciplina de Estágio Supervisionado I do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Estadual de Goiás Câmpus Central - Sede: Anápolis - CET. Com isso, nessa disciplina foi realizado um levantamento bibliográfico sobre as concepções, críticas e a realidade atual da Educação do Campo no Brasil, além da elaboração de uma proposta de ensino voltada para o ensino de matemática, condizente com a pesquisa realizada.

Ademais, o Estágio contém uma concepção reflexiva, crítica e com teor investigativo como perspectiva teórico-metodológica. Sendo assim, é proposto o ensino das modalidades de ensino, tal como a Educação do Campo, a qual Caldart (p.38) caracteriza o nascimento dessa especificidade de ensino como uma ‘experiência de classe’ de camponeses organizados em movimentos sociais e envolve diferentes sujeitos, às vezes com diferentes posições de classe”. Ou seja, a educação do campo não surge só para os pequenos produtores rurais, mas vai ser reivindicada para os grandes produtores, passa a ser uma necessidade de todos que vivem naquele meio.

Salienta-se ainda que para melhor compreensão dessa especificidade de ensino, não se pode compreender o campo como um simples espaço onde é produzido produtos que serão comercializados. Concomitantemente, com Fernandes (2005, p. 28) traz a concepção de campo como uma dimensão além dessa citada, ele vai trazer o campo como “espaço de vida”, além de “espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana”. Isto é, existe uma sociedade voltada para todas as suas necessidades, assim como a sociedade urbana, e entre essas necessidades existe uma ampla demanda de educação para essa sociedade, sendo ela voltada para as necessidades e limitações que há naquele meio.

Nesse ínterim, um dos principais desafios da educação do campo envolve a desigualdade de acesso, Rocha *et al* (2010, p. 69) trazem que o sistema de ensino brasileiro sempre teve dificuldade em manter a igualdade do “acesso à escolaridade para a população que habita as comunidades rurais”. Assim, fica a questão de como a

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 17, n. 1, p. 157-178, jun. 2024. ISSN 1981-4089
sociedade do campo iria se manter se a maioria da população jovem vai sair dessa região para ir para a sociedade estudar.

Além disso, uma problemática com presença constante nessa especificidade da educação, está relacionada com a formação continuada dos professores que vão trabalhar especialmente nesse tipo de instituição de ensino. Isto é, existe a necessidade de o profissional de educação estar adepto aos desafios que podem ser encontrados, entre eles: salas seriadas (alunos de diferentes séries em uma mesma sala, exige que o profissional regule o conteúdo que vai ser trabalhado); se adequar ao pouco recurso que essas escolas, em sua maioria, têm.

Ademais, existem outros empecilhos que prejudicam a educação do campo e que serão trabalhados a seguir, assim como os já citados. Nesse sentido, além da falta de recursos como foi pontuada anteriormente, tem-se a distância dessas escolas das comunidades, onde nem sempre vai existir transporte. Com isso, ficam questões como: o que essa geração que necessita de educação vai fazer? Para onde ela vai? Mas, se ela se deslocar, vai continuar existindo uma comunidade rural? Além de que existe a necessidade de se adaptar às limitações e contextualizar o ensino de acordo com a realidade daquele aluno que está no campo.

Assim, este artigo tem como objetivo principal apresentar o levantamento bibliográfico realizado, deixando evidente o contexto histórico ao que se refere a Educação do Campo e as características dessa modalidade de ensino. Além disso, também temos o propósito de expor uma proposta de ensino criada com coerência em relação ao Ensino do Campo.

Por conseguinte, inicialmente será apresentada a metodologia utilizada na pesquisa, posteriormente a parte histórica, proposta curricular e metodológica da Educação do Campo. Posteriormente, é pontuado as características e as especificidades dessa modalidade de ensino, além da nossa proposta de ensino para ser elaborada dentro da disciplina de matemática, tendo em conta todas as particularidades da Educação do Campo. Por fim, é discorrido algumas considerações finais sobre a temática.

Metodologia

O conjunto de processos deste artigo se desenvolve através da análise do sujeito da pesquisa, a Educação do Campo, e a experiência do estágio supervisionado. Para o

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 17, n. 1, p. 157-178, jun. 2024. ISSN 1981-4089 primeiro caso, iniciamos nossos estudos com um pesquisa bibliográfica, de acordo com Andrade (2010), temos que esse tipo de metodologia é uma aptidão essencial para a graduação, uma vez que ela constrói o início para estudos acadêmicos. Ou seja, através de estudos bibliográficos, pudemos entender como é a Educação do Campo, como ela é explicada pelos pesquisadores. Ou seja, compreendendo, analisando e investigando como se regula essa modalidade de ensino por meio de uma pesquisa exploratória.

Esses levantamentos foram feitos, sobretudo, em teses e dissertações presentes na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), mas também foram utilizados livros impressos e artigos, teses e dissertações do Google Acadêmico.

Além disso, dentro da experiência do estágio utilizamos a metodologia descritiva para que assim, por meio de pesquisas bibliográficas pudéssemos entender essa modalidade de ensino. Assim como, a parte histórica, sua proposta curricular, pedagógica e metodológica e por fim, as características e especificidades da Educação do Campo. Além disso, fizemos uma visita técnica a uma instituição escolar que usa da educação do campo, onde pudemos afirmar e de fato entender na prática como é a Educação do Campo.

Educação do campo - relato histórico

A Educação do Campo não se orienta por um modelo acabado, definido de fora, mas constrói-se na luta pela reforma agrária ou pela terra de trabalho, sem a qual é impossível materializar essa modalidade de ensino (RIBEIRO, 2015, p. 81).

Dessa forma, a Educação do Campo se constituiu vinculada à luta dos movimentos sociais do campo. Segundo Arroyo:

O movimento social no campo representa uma nova consciência do direito à terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à saúde e à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizaram, os riscos que assumem, mostra quanto reconhecem sujeitos de direitos (ARROYO, 2004, p. 73).

Em outras palavras, a organização de uma instituição rural deve sua história à população camponesa. Assim, tal luta social se refere a um movimento criado pelos agricultores como protesto contra um sentimento de descaso que persistiu por décadas em relação à política de Estado para o Campo. No caso da educação, para as autoridades e para as elites dominantes, materializa-se o descrédito da escola do campo, pois a

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 17, n. 1, p. 157-178, jun. 2024. ISSN 1981-4089
política pública de Educação do Campo tem sido ignorada quando as crianças são levadas à escola na cidade tirando-as do espaço- campo do tempo.

O campo é um cenário de lutas políticas, sendo também banhado de tradição e cultura. A mudança do termo rural para o campo se agrega a valores políticos, são ações e movimentos sociais do campo que movimentam o governo na criação de políticas públicas para os camponeses e camponesas. Pinheiro (2007) exalta que para chegar a diferenciar campo e rural, é preciso levar em conta aspectos estudados no âmbito acadêmico.

A expressão educação rural está relacionada em uma postura encadeada pela concepção positivista, mercadológica, competitiva, capitalista, na qual a política de educação direciona para uma formação pragmática, que instrui o indivíduo para desenvolver atividades no mundo do trabalho. Transforma a força de trabalho humana em objeto, coisa, mercadoria. É a “coisificação” e desumanização do sujeito (PINHEIRO, 2007, p. 08).

Um dos movimentos sociais mais discutidos no âmbito rural é a Reforma Agrária. Sendo ela, que é um conjunto de ações e medidas voltadas para garantia da distribuição justa das terras, alterando os regimes de uso e propriedade, a fim de garantir que a maior parte das terras permaneça nas mãos de trabalhadores rurais. Isto é:

A Reforma Agrária tem como intuito distribuir terras para as famílias produzirem seus alimentos. Embora o Brasil tenha uma enorme área continental e se depara com muita desigualdade social, a Reforma Agrária tem como meta transformar essas áreas sem proveito em lugar de produção e cultivo de alimentos (FONSECA, 2015, p. 17).

Arroyo e Fernandes (1999) na “Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo”, enfatizaram que o termo “campo” é resultado de uma nomenclatura proclamada pelos movimentos sociais e deve ser adotada pelas instâncias governamentais e suas políticas públicas educacionais, mesmo quando ainda relutantemente pronunciada em alguns universos acadêmicos de estudos rurais.

Romper com a educação rural é uma das prioridades da educação do campo. A mudança na compreensão desse conceito reflete muito mais do que uma simples nomenclatura. Ela é inevitavelmente o resultado de um olhar politicamente referendado na busca pelos direitos sociais e nas questões que envolvem a defesa da educação politécnica (CALDART, 2015), a agroecologia (ALTIERI, 2014), agricultura orgânica, reforma agrária, soberania alimentar, entre outros aspectos. Esses são fatores indispensáveis na concretização de projetos político-pedagógicos que busquem encarar

a realidade e atender as necessidades das populações do campo. Ações que pressionam as lideranças governamentais na criação e organização de políticas públicas para/com os trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Segundo Paiva (1987), pode-se atribuir como início das primeiras atividades educativas no Brasil a chegada dos jesuítas com o objetivo de cristianizar os indígenas, impondo-lhes, a pedido da Coroa Portuguesa, os padrões da civilização ocidental. Com a adoção do regime escravagista os negros também foram objetos de catequização, de maneira não formal. Embora a educação jesuítica fosse voltada principalmente para as crianças indígenas, no ensino de leitura e escrita, através da catequese, jovens e adultos também sofreram este processo de aculturação¹.

De forma mais clara, Medeiros (2009) explica melhor esse processo da seguinte forma: “o colono incorporou o que para ele é interessante na cultura negra e indígena, na medida em que impôs sua cultura como superior”. Isto é, tem-se colonos, indígenas e negros (três culturas diferentes), de forma que quando sofrem essa interação (educação jesuíta), as culturas sofrem mudanças, gerando uma nova cultura.

Em meados de 1824 é outorgada a primeira Constituição Imperial no Brasil que trata o Ensino Primário na forma de Lei. A instrução Primária é gratuita a todos os cidadãos. A Cidadania está restrita aos livres e libertos, isso em um país pouco povoado, de caráter agrícola, esparso e escravocrata. Mas as Leis tratavam do assunto de forma pouco substancial, pois a educação escolar não era entendida como prioridade política. Deste modo, a educação reserva-se à elite, aos demais, escravos, índios e caboclos “[...] além do duro trabalho, bastaria a doutrina aprendida na oralidade e a obediência na violência física ou simbólica” (BRASIL, 2000, p. 13). De maneira análoga:

A educação do campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas. Inúmeras vezes tratada como política compensatória. Suas demandas e especificidades raramente têm sido objeto de pesquisa no espaço acadêmico ou na formulação de currículos em diferentes níveis e modalidades de ensino (SANTOS, 2017, p. 212-213).

Com a aprovação da Constituição de 1988 e do processo de redemocratização do país, inúmeros debates foram organizados em torno dos direitos sociais da população campesina. Em sintonia com essas concepções foram elaboradas reformas educacionais

¹ Modificação cultural de indivíduo, grupo ou povo que se adapta a outra cultura ou dela retira traços significativos.

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 17, n. 1, p. 157-178, jun. 2024. ISSN 1981-4089 que desencadeou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei 9.394/96), que foi citado anteriormente quando foi falado sobre características.

No final dos anos 90, presenciamos a criação de diversos espaços públicos de debate sobre a educação do campo, como por exemplo: o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), em 1997, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e com apoio da Universidade de Brasília (UnB), entre outras entidades.

Em 1998, foi criada a Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, entidade supra organizacional que passou a promover e gerir as ações conjuntas pela escolarização dos povos do campo, em nível nacional. Dentre as conquistas alcançadas por essa Articulação, estão: a realização de duas Conferências Nacionais Por Uma Educação Básica do Campo – em 1998 e 2004; a instituição pelo CNE – Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2002 e a instituição do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT), em 2003. (SECAD, 2004).

Outro aspecto de tamanha relevância se dá em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria 10/98. Foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), vinculado ao gabinete do Ministério Extraordinário da Política Fundiária. Em 2001, o Programa passa a fazer parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O Pronera é a expressão do compromisso firmado entre o Governo Federal, as instituições de ensino, os movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores/as rurais, governos estaduais e municipais, considerando a diversidade dos atores sociais envolvidos no processo de luta por terra e educação no país. (BRASIL, 2004).

Segundo Silva (2010), o Pronera é fruto da incansável luta dos movimentos sociais do campo que desponta no país com a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados, fortalecendo o mundo rural como território da vida coletiva e suas dimensões econômicas, sociais, ambientais, culturais e éticas, além de executar políticas de educação em todos os níveis da Reforma Agrária.

Em 2002 foi aprovada a Resolução CNE/CEB 01, de 03 de abril, que instituiu as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, consolidando um importante marco

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 17, n. 1, p. 157-178, jun. 2024. ISSN 1981-4089 para história da educação brasileira e, em especial, para educação do campo. Em 2004 foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), no âmbito do Ministério da Educação. Nessa secretaria foi instituída a Coordenação Geral da Educação do Campo. Este fato significou a inclusão, na estrutura federal, de uma instância responsável pelo atendimento das demandas do campo, a partir do reconhecimento de suas necessidades e singularidades.

Outro importante programa de educação do campo no Brasil é o Pronacampo – Programa Nacional de Educação do Campo, vinculado ao Ministério da Educação. Previsto pelo Decreto nº 7.352 e instituído por meio da Portaria 86, de 1º de fevereiro de 2013. Foi lançado pela presidente Dilma Rousseff em março de 2012, com o propósito de oferecer apoio financeiro e técnico para viabilização de políticas no campo. Considera-se Pronacampo o:

Conjunto de ações articuladas que assegurem a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como, a formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade na educação no campo em todas as etapas e modalidades (Pronacampo/MEC, 2012).

Desta forma, cabe enfatizar o quanto os homens e as mulheres do campo, através de um movimento social de luta constante, vêm buscando seu espaço de acesso à escolarização formal. Assim, pode-se afirmar que estes sujeitos precisam ter seus direitos garantidos, e serem tratados de forma a conceber o espaço, a cultura, o trabalho e as relações sociais como pontos fundamentais para construção de uma proposta de Educação do Campo.

Proposta Curricular, Pedagógica e Metodológica da Educação do Campo

Precipuamente, a lei nº 18.320, de 30 de dezembro de 2013 que implementa a "Política Estadual da Educação do Campo" define em seu artigo 3º, como princípio dessa modalidade a:

IV – valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

Nesse sentido, essa norma já norteia para como a proposta pedagógica deve ser. Isto é, levar sempre em consideração as características da educação do campo. Com isso, Nascimento (2019, p. 7) observa que:

A proposta pedagógica da Educação do Campo é um processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações. Isto quer dizer que se trata de pensar a educação desde os interesses sociais, políticos, culturais de um determinado grupo social. Este tipo de educação trata de construir uma educação do povo do campo e não apenas com ele, nem muito menos para ele (*apud* CALDART, 2004).

Assim, fica evidente a grande ligação da Educação do Campo com os movimentos sociais. Dessa forma, se faz necessário pensar em propostas pedagógicas que levem em consideração a população do campo. Schuck et al (2015) mostram a importância de ter essa consideração ao pensar em uma proposta pedagógica própria para o Campo. Isto é,

A organização das propostas pedagógicas dessas escolas oportuniza o acesso ao conhecimento sobre a localidade onde os alunos se encontram. Tal vivência é importante, na medida que auxilia nos demais conteúdos propostos no currículo, a fim de que o aluno possa optar pela continuidade do trabalho no campo se assim o desejar (p. 200).

Trazer propostas que integrem o que pode ser aplicado no cotidiano de um indivíduo que vive no Campo, para que o que for aprendido nas escolas, classificadas como integrantes da modalidade Educação do Campo, tenha uma utilidade futuramente.

Em conformidade com essa ideia, Santos (2015), apresenta em seu texto as questões étnicas que os alunos possuem, assim:

É importante que as diferenças culturais e vivências dos alunos do campo e da cidade sejam compartilhadas e vivenciadas. Portanto, torna-se relevante uma proposta pedagógica específica que contemple as diferentes necessidades dos estudantes habitantes no campo brasileiro (p.35).

Assim, fica evidente a necessidade de considerar a diversidade cultural em sala de aula. Com isso, Souza (2008), cita das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas Do Campo:

Propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso do avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos

Ao pensar em uma proposta pedagógica para a Educação do Campo é primordial pensar na cultura da população do campo, para que essas questões tenham a possibilidade de serem utilizadas em seus cotidianos. Além disso, é preciso ponderar os conhecimentos prévios dos alunos, trazendo isso como uma metodologia de ensino, que é a pedagogia da alternância que será tratada mais para frente.

Em relação a proposta metodológica da Educação do Campo, no livro organizado por Santos (2008), “Por uma Educação do Campo”, ela deixa claro que:

Implementação de metodologias de ensino experimentando novas formas de ensinar e de aprender, a partir da vivência dos sujeitos do campo como espaço de construção de saberes, e articulando ensino e pesquisa como possibilidades de melhor intervenção crítica na realidade (p. 103).

Isto é, para a Educação do Campo existe a necessidade de conectar a realidade do aluno com o que é aprendido em sala de aula, de forma que o professor tenha o papel de formalizar os conhecimentos prévios dos alunos. O que é concomitante com o que se tem na BNCC, sempre trazendo em suas habilidades a conexão dos conteúdos com a realidade de cada aluno.

Tendo isso em mente, a Educação do Campo está entrelaçada com a pedagogia da alternância, a qual Souza (2008) cita ser relevante para a composição de currículos que utilizam essa pedagogia como uma metodologia de ensino. Já que por meio dela possibilita “a busca de estratégias diferenciadas na prática da pesquisa e da extensão e da intervenção na realidade, por parte dos alunos” (p.103).

Para ficar mais claro, a pedagogia da alternância começou em 1935, na França, surgiu com a demanda das pessoas que se encontravam no meio rural seguir com sua formação sem abandonar o lugar em que elas vivem. Essa forma de ensinar se implantou no Brasil em 1969, com a Escola Família Agrícola (EFA) originada em Espírito Santo, só depois de 1980 que se espalhou para o restante do Brasil. Precipuamente, não era visto como uma pedagogia, mas Sobreira (2014) explica melhor, trazendo que:

Entretanto, conforme ressalta Rodrigues (2008), a influência indireta das ideias de Paulo Freire no processo de implantação da alternância no Brasil contribuiu para que, paulatinamente, os princípios pedagógicos freireanos se integrassem à abordagem sociopedagógica das EFAs brasileiras (p.222).

Em suma, Molina (2010) traz de forma mais simples a relevância e significância da Pedagogia da Alternância para a Educação do Campo:

A pedagogia da alternância pode constituir-se uma alternativa interessante a ser utilizada no processo de escolarização do meio rural, pois utiliza uma metodologia de ensino-aprendizagem que oportuniza meios para que o agricultor torna-se, na perspectiva da economia popular solidária, um agente comunitário, um agente multiplicador de técnicas inovadoras para o desenvolvimento do lugar onde ele ou ela está inserido, criando suas próprias condições de trabalho, a partir da vivência que ele ou ela tem do conhecimento de que é capaz de gerar (p.22).

Isto é, utiliza-se os conhecimentos que os alunos do Campo têm em suas experiências no meio que vive, para auxiliar no processo de ensino - aprendizagem. Cabe ressaltar, a frase que Molina trouxe no livro organizado por ela “Educação do campo e pesquisa”, volume 2, onde:

Diante disso, pensar o método e a metodologia é estratégia fundante para garantir a formação dos povos do campo e sua emancipação. A metodologia da Pedagogia da Alternância tem sido definida como aquela que melhor reúne as possibilidades de construção de uma educação participativa, que forma para a autonomia e a liberdade (p.46).

Dessa forma, a Pedagogia da Alternância é a metodologia fundamental para a escolarização da educação do campo. Ela funciona como uma ferramenta facilitadora do ensino-aprendizagem de qualidade, já que o objetivo principal de qualquer ensino é esse, passar um ensino de qualidade.

Ao que se refere a proposta curricular Bezerra et al (2019) deixa claro que:

Podemos entender currículo na concepção da escola do campo como as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para construção das identidades de nossos discentes. É assim, o conjunto de esforços desenvolvidos com intenções educativas. É importante também ressaltar o papel do docente, no processo curricular sendo fundamental de grandes artífices, queira ou não, da construção dos currículos que se materializam nas salas de aulas (p.5).

Nesse sentido, não só na Educação do Campo, mas em outras modalidades educacionais é possível reparar essas características de seus currículos, a qual esse documento vai ser formado com as especificidades do público que vai segui-lo. Dessa forma, faz-se necessário considerar as particularidades que os camponeses possuem para se formar um currículo para esses.

Como mencionado na proposta metodológica, a pedagogia da alternância é a principal chave para garantir uma aprendizagem de qualidade dos discentes que

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 17, n. 1, p. 157-178, jun. 2024. ISSN 1981-4089 participam da Educação do Campo. Consequentemente, existe a necessidade de incorporar essa metodologia aos currículos das escolas do campo. Consoante com essa ideia, Santos (2008), deixa claro que:

Desenvolvimento de currículos a partir de metodologias que se pautam pela pedagogia da alternância, possibilitando a busca de estratégias diferenciadas na prática da pesquisa e da extensão e da intervenção na realidade, por parte dos alunos. (p.103)

Assim, é necessário entender as características e especificidades da Educação do Campo para formar o currículo mais adequado para essas instituições de ensino. Além disso, é necessário pensar na metodologia da pedagogia da alternância e considerar a vivência de cada aluno.

Características e Especificidades da Modalidade

A Educação do Campo é um desafio antigo e constante para o Estado e os movimentos sociais, pois apresenta muitos problemas teóricos e práticos. Uma característica dessa modalidade de ensino em comparação com outros estudos é sua constante participação no desenvolvimento no território rural. Isto é, desde seu surgimento essa modalidade está vinculada com a terra, logo suas características vão estar relacionadas com quem vive nesse território. Molina (2006) afirma que isso é uma especificidade da Educação do Campo “deve-se ao fato de sua permanente associação com as questões do desenvolvimento e do território no qual ela se enraiza” (p.10).

Assim sendo, as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo compreendem que:

Art.1º A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino fundamental Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.

Dessa forma, a partir desse artigo podemos compreender quem são as pessoas que estão inclusas quando falamos em educação do campo, devido a essa variedade de indivíduos, é necessário ser feitas adaptações, para que possibilite que todos tenham acesso ao ensino. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2007, p.16) vai trazer quais são essas adaptações:

Art.28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II- organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III- adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Tendo isso em mente, Kolling, Cerioli e Caldart (2002) em “Educação do Campo: identidade e políticas públicas”, uma parcela dos Estado brasileiros traz medidas, em lei, para adequar o ensino ao público. Entre essas medidas, há a “expansão do atendimento escolar” (p. 44) de forma que interiorize o ensino e amplie as vagas. Além disso, em seu texto ele traz como exemplo os Estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Sergipe e Tocantins, “que prescrevem sejam os calendários escolares da zona rural adequados aos calendários agrícolas e às manifestações relevantes da cultura regional.”. Em maior destaque tem o Estado do Maranhão que:

Inseriu, no § 1º do artigo 218 da sua Constituição, norma determinando que, na elaboração do calendário das escolas rurais, o poder público deve levar em consideração as estações do ano e seus ciclos agrícolas. Já o Estado de Sergipe, no artigo 215, § 3º da Carta Política, orienta que o calendário da zona rural seja estabelecido de modo a permitir que as férias escolares coincidam com o período de cultivo do solo (p.45).

Dessa forma, é possível concluir que essas mudanças de calendário, é uma das características dessa modalidade. E embora o Brasil tenha sido originalmente agrícola, a necessidade de estabelecer políticas públicas para estruturar a educação do campo já foi “esquecida”. Para ficar mais claro segue a definição de políticas públicas:

As políticas públicas são as ações empreendidas pelo Estado para efetivar as prescrições constitucionais sobre a necessidade da sociedade em âmbito federal, estadual e municipal. São políticas de economia, educação, saúde, meio ambiente, ciência e tecnologia, trabalho etc. [...] (AHLERT, 2003, p.130).

Nesse contexto, de acordo com as Diretrizes Operacionais, as quais tem o objetivo de orientar e organizar as escolas do campo, é definido que é responsabilidade da escola o papel de proporcionar a todos alunos um âmbito educativo que valorize sua relação com a terra, com a cultura e com o trabalho. De forma que valorize os conhecimentos já obtidos, a heterogeneidade entre os grupos, mas para que tudo isso aconteça é preciso o fortalecimento da identidade da escola do campo.

Um dos grandes desafios de todos os professores, é a compreensão que a Educação do Campo é de extrema necessidade. Pois, é essa modalidade de ensino que vai integrar os alunos desse espaço, que é responsável, pelo menos a grande parte, pela agricultura familiar. Muitas vezes, essa temática não é discutida na formação de professores, passando aos discentes apenas informações a respeito desta modalidade de educação, sem maiores aprofundamentos.

No entanto, tanto professores, quanto docentes em formação, deveriam considerar o processo de produção do sujeito do campo, para que a valorização dos conhecimentos prévios práticos adquiridos através de suas experiências. Assim como, as relações sociais e tradições históricas que esse estudante vivencia através de seu contato com o meio ambiente onde ele o transforma de acordo com a sua vida.

De acordo com Souza (2008) “A emergência da educação do campo caracteriza-se pela ausência e experiência. É a ausência de escola, de professor com formação consistente para o trabalho nas escolas localizadas nos assentamentos; ausência de técnico-agrícola; ausência de professores.” (p.1095) Assim, faz-se com que as consequências sejam retratadas diretamente nos estudantes desses âmbitos.

Para que isso seja fragmentado e a Educação do Campo venha a fazer seu papel de maneira concreta, as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo (Curitiba, 2006) apontam algumas definições, como:

- **Concepção do mundo:** onde o indivíduo é o mundo, faz a cultura e faz o mundo. Ou seja, o sujeito pode estar organizado em movimentos sociais, em associações ou atuar de forma isolada, mas o seu vínculo com a terra é fecundo. Ele cria alternativas de sobrevivência econômica num mundo de relações capitalistas selvagens;

- **Concepção de escola:** local de apropriação de conhecimentos científicos construídos historicamente pela humanidade e local de produção de conhecimentos em relações que se dão entre o mundo da ciência e o mundo da vida cotidiana.

- **Concepção de conteúdos e metodologias de ensino:** conteúdos escolares são selecionados a partir do significado que têm para determinada comunidade escolar.

- **Concepção de avaliação:** processo contínuo e realizado em função dos objetivos propostos para cada momento pedagógico, seja bimestral, semestral ou anual. Pode ser feita de diversas maneiras: trabalhos individuais, atividades em grupos,

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 17, n. 1, p. 157-178, jun. 2024. ISSN 1981-4089
trabalhos de campo, elaboração de textos, criação de atividades que possam ser um “diagnóstico” do processo pedagógico em desenvolvimento.

Tendo em mente essas concepções, Salina (2021) afirma que essa modalidade de ensino é uma contraparte das escolas tradicionais, como forma de construir um ensino adequado para aqueles que vivem no campo. De forma mais clara, é necessário pensar em formas de integrar esse público, formando o que a autora denomina “modelo particular de ensino”.

Ademais, outra característica específica dessa modalidade pode ser compreendida através da Pedagogia da Alternância, que já foi citada anteriormente, mas para deixar mais evidente:

A pedagogia da alternância é um método que busca a interação entre o estudante que vive no campo e a realidade que ele vivencia em seu cotidiano, de forma a promover constante troca de conhecimentos entre seu ambiente de vida e trabalho e o escolar (MEC, 2020).

Por conseguinte, diante de um contexto historicamente complexo para a população rural e de desigualdades no âmbito educacional, emergem propostas de educação específicas que buscam romper com esta dinâmica pela valorização local. Ou seja, a Educação do Campo não se reduz a uma proposta pedagógica, mas a um conjunto de ações com impactos educacionais, culturais e produtivos, sendo a valorização tradicional o principal eixo de atuação. Assim, na educação no campo, é preciso considerar a diversidade contida nos espaços rurais, contemplando no currículo escolar as características de cada local, bem como os saberes presentes.

Proposta de Ensino para a modalidade de ensino do campo

A priori, a proposta consiste em desenvolver um projeto de ensino, em que os conteúdos matemáticos serão explorados em situações do dia a dia. Assim, para essa atividade, foi considerado que os alunos já tenham conhecimento sobre esses conteúdos e essa proposta de ensino seja utilizada como forma de revisar e concluir esses conceitos que foram trabalhados. Desse modo, o projeto será uma forma de demonstrar o quanto todas as temáticas são de suma importância para o futuro dos discentes, de forma que esses alunos vejam sua aplicabilidade no seu cotidiano.

Conteúdos:

- Área e Perímetro;

- Noções de Conjuntos;
- Estatística (Criação de Gráficos);
- Matemática Financeira (Precificação, Custos e Lucros).

Série:

- Ensino Fundamental Anos Finais².

Objetivo Geral:

- Compreender e explorar os conteúdos matemáticos a fim de relacioná-los com a realidade dos alunos na escola do campo.

Objetivos Específicos:

- Interpretar, descrever e desenhar plantas baixas simples de residências e vistas aéreas;
- Resolver e elaborar problemas de cálculo de medida de área de figuras planas que podem ser decompostas por quadrados, retângulos e/ou triângulos, utilizando a equivalência entre áreas;
- Resolver e elaborar problemas que envolvam medidas de área de figuras geométricas, utilizando expressões de cálculo de área (quadriláteros, triângulos e círculos), em situações como determinar medida de terrenos;
- Empregar diferentes métodos para a obtenção da medida da área de uma superfície (reconfigurações, aproximação por cortes etc.) e deduzir expressões de cálculo para aplicá-las em situações reais (como o remanejamento e a distribuição de plantações, entre outros), com ou sem apoio de tecnologias digitais;
- Planejar e coletar dados de pesquisa referente a práticas sociais escolhidas pelos alunos e fazer uso de planilhas para registro, representação e interpretação das informações, em tabelas, vários tipos de gráficos e textos;

² Na Educação do Campo é comum ter mais de uma série dentro de uma mesma sala de aula (turmas seriadas), dessa forma só deixamos um intervalo: 6º aos 9º anos.

- Propor ou participar de ações adequadas às demandas da região, preferencialmente para sua comunidade, envolvendo medições e cálculos de perímetro, de área, de volume, de capacidade ou de massa;
- Aplicar conceitos matemáticos no planejamento e na execução (para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de custos e lucros e precificação) para tomar decisões.

Procedimentos de Ensino:

1º Momento: dividir a turma em três grupos, em que cada um ficará com uma atividade a ser realizada durante certo período.

- Grupo 1: produzir uma planta baixa da escola, em uma cartolina, mostrando todas as construções e hortas espalhadas pelo lugar. Além disso, nesse desenho, deverá conter todas as medidas dos lados da instituição, não só da construção, mas de todo o espaço. Ao final, o grupo deve calcular a área e o perímetro de toda a região, assim como apresentar os resultados das contas e a planta baixa para a turma.

- Grupo 2: listar todas as vegetações localizadas no espaço da instituição, podendo perguntar a outras pessoas ou pesquisar na internet sobre os nomes das plantas, se não for de conhecimento dos mesmos. Logo, eles irão classificar essa lista em categorias: frutas, verduras, legumes e flores, podendo haver outras divisões, que serão adicionadas posteriormente. Para concluir, será necessário a construção de um gráfico de acordo com a escolha dos alunos: setores, barras ou pictogramas, mostrando quantas plantas tem em cada categoria. Esse gráfico deverá ser reproduzido em um cartaz para que seja apresentado à turma.

- Grupo 3: precificar as hortaliças que eles escolherem (uma de cada categoria), colocando o preço de venda destas. Dessa forma, eles precisarão calcular os custos que aquela produção necessita e os possíveis lucros. Com isso, precisarão elaborar a forma que será vendido aquele produto, deixando claro o motivo daquela escolha. É preciso, também, que eles calculem os custos que cada forma de venda pode trazer para um mesmo produto e qual é a mais lucrativa. Assim, ao fim deverão apresentar seus resultados para a turma, utilizando cartazes.

Ademais, todos os grupos deverão fazer um trabalho escrito, para ser entregue para avaliação, neste deverá constar o processo que seguiram até a conclusão.

2º Momento: Fazer a apresentação final, utilizando os cartazes produzidos no primeiro momento. A apresentação terá como objetivo socializar as produções de todos os grupos e apresentação dos conteúdos trabalhados em cada um dos grupos. Essa apresentação deverá ser um reflexo do trabalho escrito.

3º Momento: Os três grupos irão entregar o trabalho escrito, podendo ser manuscrito ou digitado e impresso, como acharem melhor. Deve conter: capa (com a temática e o nome dos participantes); introdução (breve resumo do que será apresentado); desenvolvimento (como tudo foi desenvolvido, mostrando cada etapa de pesquisa, deixando claros as dificuldades); conclusão (visão geral do trabalho e listagem do que foi aprendido).

Avaliação:

Como a avaliação é um instrumento fundamental para fornecer informações sobre como se está realizando o processo ensino-aprendizagem. Assim, os estudantes serão avaliados em todos os seus aspectos: social, atitudinal, procedimental e conceitual. Ademais, seguirá três eixos temáticos, sendo eles: produção e participação das atividades em sala de aula; organização do trabalho escrito e da apresentação e autoavaliação; apresentação oral dos estudos. Em suma, a avaliação geral desse plano de ensino será a junção dos três eixos.

Avaliação processual (Observação):

Avaliação constante durante todo o processo da proposta de ensino. Tal avaliação se dá por intermédio da observação da participação, empenho e desempenho do estudante acerca do seu grupo e seu eixo temático, durante a realização das atividades. Sendo assim, será avaliado se o aluno realiza as atividades com afinco, se interage de modo colaborativo e respeitoso com os colegas e professores. Espera-se que o aluno expresse suas opiniões, sua produção, retire suas dúvidas e que respeite as

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 17, n. 1, p. 157-178, jun. 2024. ISSN 1981-4089
opiniões e produções de seus colegas. Para que assim seja apreciado sua capacidade de trabalhar em grupos e contribuir para a harmonia do trabalho colaborativo.

Avaliação Somativa (avaliações escritas e Autoavaliação):

Será feita uma avaliação específica para cada grupo, de acordo com os conteúdos trabalhados por esses grupos. Será feita também uma autoavaliação individual do estudante de todo o processo.

Apresentação:

A Avaliação da apresentação oral dos alunos será realizada a partir dos seguintes critérios:

- Oralidade;
- Conexão entre os membros do grupo;
- Domínio do conteúdo;
- Clareza e objetividade;
- Introdução, desenvolvimento e conclusão;
- Bom uso do tempo;
- Utilização de recursos apropriados.

Considerações Finais

Diante do exposto podemos entender a Educação do Campo, a qual tem constante conexão com as lutas sociais, motivadas pelo descaso do Estado com a população dos interiores e da falta de políticas públicas próprias para essa modalidade de ensino. Ademais, foi possível entender o quanto ela é importante para o desenvolvimento do campo, já que com a presença dessas instituições de ensino o aluno não tem a necessidade de percorrer horas para ir estudar nas cidades. Outro ponto observado durante a experiência deste artigo é a diferença entre educação rural e educação do campo. Pois em sua maioria, são considerados iguais, no entanto, enquanto a primeira tem uma concepção mercadológica, a segunda preza pela criação de políticas públicas próprias para a população do campo.

Outro ponto, que pôde ser compreendido durante esse processo, é a importância da Pedagogia da Alternância como proposta curricular, sempre buscando trazer o conhecimento prévio dos alunos para as salas de aula, a participação e autonomia, a qual está presente nessa modalidade de ensino. Para que assim os alunos percebam a sua importância como indivíduo inserido na sociedade e de suas vivências. Além disso, ao vermos as propostas curriculares para a Educação do Campo, fica claro sempre a necessidade de se pensar nas particularidades e na cultura dessa população.

Acresce ainda sobre o quanto é relevante entender as características e especificidades que foram expostas no artigo, como por exemplo a modificação do calendário para essa modalidade de ensino. Onde, a partir dessa adequação existe a possibilidade de integrar o máximo de alunos. Além da valorização das tradições rurais e a constante participação no processo educativo.

Em contrapartida, com o presente artigo é possível entender as diferentes problemáticas que essa modalidade de ensino possui, como a falta de estrutura e recursos, as turmas multisseriadas, que podem ser um grande problema aos professores, já que exige a adequação do professor para as atividades desenvolvidas em sala.

Além disso, mesmo que a proposta de ensino não tenha sido aplicada, vemos a necessidade de seu uso e aplicabilidade, já que a partir dela pode ser revisado diversos conteúdos (área, perímetro, estatística descritiva, matemática financeira, entre outras) que podem ser utilizados no cotidiano dos estudantes. Além da possibilidade da proposta ser adequada de acordo com a necessidade de cada turma.

Nesse contexto, mediante ao que foi evidenciado nessa pesquisa, asseguro a possibilidade de compreensão, análise e identificação a respeito da importância da Educação do Campo, suas principais características, importância e como pode ser ensinado matemática para estudantes dessa modalidade de ensino.

Referências

ARAGÃO, Raimundo Freitas; SILVA, Nubélia Moreira da. **A Observação como Prática Pedagógica no Ensino de Geografia**. Fortaleza: Geosaberes, 2012.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 17, n. 1, p. 157-178, jun. 2024. ISSN 1981-4089
BEZERRA, Maria Aparecida Dantas *et al.* **Proposta Curricular na educação do campo: da educação básica na cultura campesina no nordeste brasileiro.** VI Congresso Nacional da Educação, [s. l.], 2019.

BRASIL. **Lei Nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977:** dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior, de ensino profissionalizante do 2o. Grau e Supletivo e dá outras providências. Brasília, DF, 1977. Disponível em: <<https://radio.ufop.br/noticias/podcast-dialogos-com-educacao-educacao-do-campo>>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

CALDART, Roseli Salette *et al.* **Educação do Campo:** identidade e políticas públicas. Por uma Educação do Campo. Brasília, DF: [s. n.], 2002.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. **Lei nº 18.320, de 3 de dezembro de 2013.** Institui a Política Estadual de Educação do Campo e dá outras providências. [S. l.], 2013.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salette. **Educação do Campo:** identidade e políticas públicas. Brasília: [s. n.], 2002.

MEDEIROS, Anna Júlia Giurizatto. **Aculturação no Brasil:** conhecimentos colonizados. XXVII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

MOLINA, Mônica Castagna. **A Educação do Campo e o Enfrentamento das Tendências das Atuais Políticas Públicas.** Educação em perspectiva, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 378-400, 2015.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa:** questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. 152 p.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa II:** questões para reflexão. Brasília: MDA/MEC, 2010. 212 p.

NASCIMENTO, Ricardo Rodrigues. **Educação do Campo e Movimentos Sociais:** por uma proposta pedagógica para a escola do campo. II Congresso Nacional de Educação, [s. l.], 2019.

OLIVEIRA, Iris Verena. **Ser Quilombola:** práticas curriculares em educação do campo. Revista FAEEBA, Salvador, v. 26, n. 49, p. 139-154, maio/ ago. 2017.

PIMENTEL, Gabriela S. R. COITÉ, Simone L. S. **Política Curricular e Educação do Campo:** discussões e práticas de gestão educacional em tempos de pandemia. Revista FAEEBA, Salvador, v. 30, n. 61, p. 267-282, jan./ mar. 2021.

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 17, n. 1, p. 157-178, jun. 2024. ISSN 1981-4089
PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira.** In: ANPAE, 2007, Rio Grande do Sul. Por uma Educação de qualidade para todos. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2007.

RIBEIRO, Marlene. **Reforma agrária, trabalho agrícola e educação rural: desvelando conexões históricas da educação do campo.** Educ. Pesquis., São Paulo, v. 41, n. 1, p. 79-100, 2015.

SANTOS, Aparecido Lino dos. **Educação do Campo: discursos sobre currículo, identidades e culturas.** Dourados/MS: [s. n.], 2015.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. **Educação do Campo: campo- políticas públicas - educação.** Brasília: Inkra; MDA, 2008. 109 p.

SCHUCK, Rogério José; HEINECK, Andrea Tatsch. **Proposta Pedagógica de escolas do campo.** Interfaces da Educação, Paranaíba, v. 6, n. 18, p. 219-234, 2015.

SOBREIRA, Milene F. Coelho; SILVA, Lourdes Helena da. **Vida e construção do conhecimento na Pedagogia da Alternância.** Revista Eletrônica da Educação. [s. l.], v. 8, n. 2, p. 212-227, 2014.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo: Políticas, Práticas Pedagógicas e Produção Científica.** Educ. Soc., Campinas, v. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 8 jul. 2022.

VERDÉRIO, Alex; BARROS, Adriana J. de. **A Educação do Campo frente à Base Nacional Comum Curricular.** Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-16, 2020. DOI <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.15299.100>. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>. Acesso em: 8 jul. 2022.